



Os Critérios de Noticiabilidade do Jornalismo Sulbaiano: Uma Análise dos Diários de Itabuna-BA ¹

Scheilla F. de Souza²
Kayo K. C. Oliveira³
Jefferson C. Acácio⁴
Roberto R. M. Cotta⁵
Alexandre M. Bulhões⁶

RESUMO:

Este artigo busca averiguar os conceitos das Teorias do Jornalismo acerca dos critérios de noticiabilidade, a partir da seleção das manchetes publicadas no dia 29 de maio de 2007 pelos jornais impressos “Diário do Sul” e “Agora”. Ambos são os únicos periódicos diários do município de Itabuna - situado na região Sul da Bahia e com população aproximada de 200 mil habitantes. Com esse recorte, o objetivo do trabalho se fundamenta na análise discursiva de tais manchetes e na investigação da qualificação dos profissionais desses jornais diários Itabunenses, comparando esses aspectos com os modelos apresentados pelos teóricos da área. Destarte, esta comunicação compõe um escopo teórico direcionado ao levantamento da mídia impressa nessa região, iniciado em 2006.

Palavras-chave: Análise Discursiva; Critérios de Noticiabilidade; Jornais Diários; Itabuna-Bahia; Teorias de Jornalismo.

Introdução:

Penetra surdamente no reino das palavras.
(Carlos Drummond de Andrade)

Em busca de um estudo mais abrangente do Jornalismo da região sul da Bahia, este trabalho tenta traçar um panorama discursivo-analítico de três produtos midiáticos impressos do município de Itabuna. Os periódicos elucidados para esta pesquisa são: “A Região”, “Agora” e “Diário do Sul”. No contexto da realidade de tal local, as peculiaridades de cada um dos jornais os tornam tecnicamente díspares entre si.

¹ Trabalho apresentado ao GT de Jornalismo do IX Congresso Regional de Ciências da Comunicação, orientado pela Prof. Msc. Sylvia Teixeira (UESC).

² Graduando em Comunicação Social, habilitação em Rádio e Tv pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

³ Graduando em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC).

⁴ Graduando em Comunicação Social, habilitação em Rádio e Tv pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

⁵ Graduando em Comunicação Social, habilitação em Rádio e Tv pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

⁶ Graduando em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC).



O objetivo mais proeminente para a composição desta comunicação é proporcionar um estudo dos veículos supracitados, de modo que haja uma fundamentação teórica edificada em pensadores da Sociedade Contemporânea, do Jornalismo e da Análise do Discurso. Assim, o artigo visa explicar as técnicas de redação jornalística e de abordagem de conteúdo dos jornais itabunenses, comparando-as com preceitos de teóricos deste campo do saber. Para tanto, é necessário entrar em maiores detalhes sobre a funcionalidade conceitual do termo ‘Jornalismo’.

Como a Propaganda e as Relações Públicas, o Jornalismo é uma das ciências da Informação Coletiva ou da Comunicação Coletiva. As definições de Jornalismo são numerosas e variam de acordo com o enfoque de cada um. Ao assumir, porém, a condição de ciência, toma contornos acentuados e bem visíveis, e pode ser definido como “estudo do processo de transmissão de informação, através de veículos de difusão coletiva, com características específicas de *atualidade, periodicidade e recepção coletiva*”. (AMARAL: 2001, p, 16 – grifos do autor)

Como pressupõe Amaral (2001), o Jornalismo é uma corrente epistemológica de tratamento coletivo da informação. Isto acaba por configurar a própria discussão sobre qual seria o objeto de estudo do mesmo. Marques de Melo (1998), por exemplo, define a informação como o composto básico de trabalho dos profissionais do jornalismo. Ao passo que, para esse autor, a função do jornalista também é coletivizar informações. E seguindo o mesmo viés dos dois teóricos, Traquina (2005) questiona os aspectos da produção jornalística.

À luz das pontuações do pensador português, a construção da informação jornalística passa pelo universo das discussões sobre como é montada a rede de partículas-chave de uma máxima popular – a de que o Jornalismo seria o ‘Quarto Poder’ social. Além dessa máxima conceitual há, segundo o teórico, a organicidade do ‘Contra-Poder’ e do ‘Quarto do Poder’. Se a definição de ‘Quarto Poder’ dá a entender que o Jornalismo está no mesmo patamar dos outros três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), que conjugam o regimento da sociedade democrática, à aura da corrente político-governamental pós-Revolução Francesa, o ‘Contra-Poder’ é o embate do Jornalismo para com os três outros poderes citados. É como se num *front* de guerra, e os outros poderes tivessem que buscar espaço minando o Jornalismo, e vice-versa. Seria como uma negociação constante entre um lado e outro nos ‘campos de batalha’ do seio da sociedade.



Desse mesmo modo, a expressão ‘Quarto do Poder’ delega ao Jornalismo a função de detentor maior da construção do poder. Diante dessa ótica, imagina-se, dentro de um quarto fechado, a proliferação de um mecanismo capaz de realizar aspectos de dominação social. E este mecanismo é o Jornalismo, que está no ‘quarto’ negociando e renegociando o espaço de dominação com os outros poderes.

Para um recorte mais conciso e cirúrgico da abordagem principal deste trabalho, os autores se propuseram a consolidar a pesquisa analisando as matérias que são destacadas nas manchetes de cada periódico itabunense selecionado, tal qual buscar o entendimento da construção lógica destas e das técnicas de redação utilizadas. O objetivo do trabalho é mostrar as características mais incessantes do Jornalismo itabunense, desde a maneira pela qual a notícia é constituída, adentrando o questionamento sobre a qualificação da imprensa nesse eixo geográfico, ainda também traçando um paralelo com os conceitos básicos da produção jornalística, fundamentado em pesquisadores conceituados do Jornalismo nacional e internacional.

O artigo pode servir, além de tudo, como um verificador/fiscalizador da imprensa itabunense, sendo que esta será comparada aos modelos de produção jornalística em outras partes do país. Esta pesquisa se justifica no cerne da necessidade de se mapear teoricamente a produção jornalística do município de Itabuna-Bahia, quando se percebe que ocorre uma certa defasagem para com as produções acadêmicas sobre jornais impressos em outras cidades do mesmo porte econômico e populacional. Como muito pouco foi produzido, academicamente, sobre o discurso dos jornais impressos itabunenses, este trabalho busca tratar de assuntos que poderão proporcionar um avanço técnico dos produtos da mídia impressa da cidade.

Nos tópicos que seguem, serão postos em discussão as técnicas e os conceitos da redação jornalística (no tópico 1); as inter-relações entre Jornalismo e Análise do Discurso (no tópico 2); um apanhado sobre a construção histórica do Jornalismo itabunense, colidindo nos fatores principais dos dias atuais (no tópico 3); uma apresentação da análise comparativa do discurso e das técnicas redacionais jornalísticas



de notícias dos jornais impressos *Agora*, *A Região* e *Diário do Sul* (no tópico 4); e uma proposta de conclusão em cima das fases de pesquisa realizadas neste artigo.

Entre as Potencialidades Técnicas e Conceituais

A manchete é um mecanismo jornalístico expoente de um conteúdo de importante veiculação para o meio, seja ele impresso ou audiovisual, de maneira que sua profundidade será mostrada posteriormente numa notícia ou reportagem. O motivo da relevância da manchete se configura na questão de ela necessariamente vir na primeira página do veículo. Também, para os especialistas, é muito comum, num panorama geral, que exista apenas uma manchete, quando o quesito é Jornalismo impresso.

No desencadeamento genérico em voga, a manchete vai chamar a atenção do leitor para a notícia ou reportagem que estará em outra página do periódico. Na essência da conjuntura da informação coletiva, primeiramente, então, é preciso compreender o que é notícia?

Na rotina produtiva diária das redações de todo o mundo, há um excesso de fatos que chegam ao conhecimento dos jornalistas. Mas apenas uma pequena parte deles é publicada ou veiculada. Ou seja, uma pequena parte vira notícia. O que pode levar qualquer leitor ou telespectador a perguntar: afinal, qual é o critério utilizado pelos profissionais da imprensa para escolherem os fatos que devem ou não virar notícia? (PENA: 2006, p. 71)

Pena (2006) prefere não conceituar objetivamente o que é notícia. Na verdade, sabe-se que tal definição é bastante aberta, cheia de bifurcações. Entretanto, o autor chega à conclusão de que entender o valor real da expressão ‘notícia’ proporciona uma reflexão sobre a seleção dos fatos, de maneira que eles tornem ou não noticiáveis. Nesse espectro ocorre a constituição dos chamados critérios de noticiabilidade, ou seja, os valores empregados pelos jornalistas ou pelas empresas de comunicação na moldagem do fato à veiculação da notícia.

E outros apêndices vão se definindo sobre o conceito de noticiabilidade. Por exemplo, Lage (2001) relaciona a seleção dos fatos no Jornalismo à mercadologia da qual as empresas são imputadas no campo da sociedade contemporânea, marcada por

um capital de giro que movimenta as possibilidades de acesso às informações. Não obstante, o teórico ainda questiona: “somos, afinal, irresponsáveis, meros agentes do empregador, que pagará por nossos erros?” (LAGE, 2001, p. 103). Como foi mencionado, o laço que atrela o profissional da notícia ao chefe ou o responsável-mor da empresa jornalística acaba causando uma dualidade no que tange à deontologia dessa função social.

A ética propicia um entreve entre ambas as partes. Como, afinal, atribuir a responsabilidade de uma publicação que não dispõe de tanta veracidade? Charaudeau (2006) discorre:

As restrições relativas à posição das instâncias de comunicação e à captura do acontecimento dão instruções e impõem um modo de organização do discurso e um ordenamento temático. O sujeito informante (jornalista e instância midiática) está, pois, situado entre essas restrições.[...] Ele fica, ao mesmo tempo, preso e livre na encenação de seu discurso, como um diretor se acha ao mesmo tempo livre e preso na montagem de uma peça de teatro.
(CHARAUDEAU, 2006, p. 129)

O paradoxo formado entre a pesagem de valores na modulação da ética, perpassando pela seleção dos fatos, segundo Charaudeau (2006), cria uma ambivalência. Os jornalistas estão inseridos na analogia da teatralização de sua profissão. À aurora desse pressuposto, a dita liberdade deste profissional entra em conflito, ao coletivizar informações, com as prioridades da empresa comunicacional que, para sobreviver no competitivo mercado capitalista, tem a necessidade de selecionar o que pode ou não ser veiculado em seu espaço informacional. Esse aspecto deságua nos critérios de noticiabilidade.

De acordo com Chaparro (1994), a sistematização dos valores-notícia se dirige basicamente pelo viés da ‘proximidade’ da ocorrência em relação à área de alcance do veículo de informação; também é mister fazer menção ao princípio da ‘atualidade’, que por sua vez, diferencia História e Jornalismo; a ‘notoriedade’ de quem está envolvido no fato; a ‘curiosidade’ que o sucedido pode despertar no leitor; a(s) ‘conseqüência(s)’ que o fato pode trazer para a comunidade; a ‘dramaticidade’ que um acontecimento pode proporcionar; e a ‘surpresa’ que o leitor pode ter ao se deparar com o fato. Assim, se



uma ocorrência estiver enquadrada nesses princípios ela tem maiores condições de ser noticiada.

À luz de Erbolato (1991), no tocante aos aspectos dos valores-notícia, acrescenta-se às definições de Chaparro (1994) os quesitos marco geográfico, impacto, proeminência, aventura/conflito, conseqüências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial, oportunidade, dinheiro, expectativa/suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas/invenções, repercussão, confidências.

Como pode ser percebido, o escopo teórico sobre a noticiabilidade é bem amplo. É possível direcionar o caminho da seleção das notícias perante os valores supracitados. E é na busca por uma conceituação mais firme que os pensadores do Jornalismo contemporâneo tornam os critérios formulados pelos profissionais da comunicação e pelos gerenciadores das respectivas empresas um prisma de informações ainda em construção.

O Jornalismo é uma ciência bem recente. As pesquisas realizadas neste campo, feitas no Brasil, datam desde a década de 1960 até os dias atuais. Porém, entende-se a raiz deste campo do saber como um mecanismo a serviço da sociedade. Assim, Jornalismo e sociedade, como pontua Amaral (2001), devem andar lado a lado, contribuindo mutuamente para a coletivização de informações.

O Discurso Sendo Analisado

A confluência do discurso instado no Jornalismo envia pelos moldes relacionados aos gêneros do mesmo. Na constituição das técnicas de redação jornalística, vários são os fatores priorizados em detrimento de outros. Por assim dizer, esta prática midiática, bem como a Publicidade e as Relações Públicas, é composta de métodos empregados na formatação final do produto, tal qual determina a veiculação de um ou outro tipo de notícia.

A análise do discurso jornalístico é um processo a ser realizado, particularmente, de modo bem cuidadoso. Sobre esse aspecto, pontua Maingueneau:

Não basta dizer que “entre” as informações brutas e os jornais existe o mundo da imprensa[...] De fato, não se dispõe, inicialmente, das informações, dos escritores e dos cidadãos; a



seguir, das instituições mediadoras e, por fim, dos enunciados em circulação, mas tudo emerge ao mesmo tempo. A instituição “mediadora” não é secundária em relação a uma “realidade” que ela se contentaria em formular de acordo com certos códigos. (MAINGUENEAU, 1993, p. 54 – grifos do autor)

Existe no campo da Análise do Discurso, segundo Maingueneau (1993), uma interação entre as mais diversas esferas públicas. Essa conexão permite a possibilidade de decodificação do texto. É confrontando os preceitos da origem da Literatura com, por exemplo, o surgimento das técnicas do Jornalismo e, por sua vez, fazendo um paralelo com as contextualizações filosóficas sobre a escrita, que torna mais permissível o entendimento do discurso em questão. Nesse bojo teórico entram também as correntes de pensadores que edificam as relações analíticas textuais. Nomes como Bakhtin, Jacobson, Ducrot e outros possibilitam essa prática de análise.

Foucault (1972) utiliza o termo ‘prática discursiva’ para designar o sistema inserido no âmago de uma dada formação do discurso, a fim de controlar o pressuposto de ocupação dentro de um determinado enunciado. Isto é, delimitar a atuação discursiva dentro de um fragmento textual. Para Maingueneau (1993): “Durante muito tempo a AD tomou como objeto os corpus por ela apreendidos independentemente dos atos de enunciação que haviam tornado possíveis” (*ibidem*, p.29). A conjunção atual da Análise de Discurso segue as possibilidades reais de onde e como o enunciado foi concebido e, dessa forma, quais as conseqüências que ele traz para um espaço-tempo social.

Assim, percebe-se que a ‘prática discursiva’ dissertada por Foucault (1972) se desenrola em outra elucubração do autor sobre a sociedade contemporânea, a de que para poder controlar um todo, é preciso dividi-lo em partes. À luz dos princípios acerca da ‘microfísica do poder’ (1969), este artigo visa entender os periódicos itabunenses trazidos à análise como um todo. E as particularidades dele, ou seja, as que teriam maior interesse para o problema proposto.

Da Concepção do Jornalismo Itabunense

Nos seus quase noventa anos de existência, Itabuna viu nascer e morrer uma lista imensa de jornais, revistas e documentários, como viu também aparecer jornalistas e



“jornalistas”, que de uma forma ou de outra, ajudaram, e ainda ajudam, a contar a história desta terra. (AQUINO: 1999, p.23 – grifos do autor)

A região sul da Bahia, é bastante conhecida, em grande parte do mundo, quando o quesito é Literatura. No que tange ao Jornalismo de Itabuna-Bahia, como ressalta Aquino (1999), o nascimento e a morte de vários jornais impressos marcou a história comunicacional do município.

Vale salientar que um dos grandes problemas do Jornalismo itabunense foi, e ainda é, a estrutura dos periódicos. Estrutura essa tanto financeira quanto profissional, o que sempre contribuiu para a falência de muitos veículos. Desde a fundação do jornal “*A Platéia*”, datada de 1897, segundo a pesquisa de Aquino (1999), até os dias atuais, pelo menos 75 periódicos publicaram uma edição. Os conteúdos são os mais diversos, como jornais dedicados especificamente à área de saúde; outros distribuídos para frequentadores de bares; jornais voltados para o público estudantil; jornais que funcionaram como porta-vozes de um determinado político; informativos que publicaram somente notícias relacionadas à economia regional, entre outros tipos de veiculação. A periodicidade destes também é das mais diversas. Houve jornais que circularam uma única vez, outros que tiveram publicação diária durante anos; sazonais, semanais, mensais, quinzenais, e outras.

Em tempos hodiernos, a cidade de Itabuna-Bahia conta com quatro jornais impressos (*Tribuna do Cacau, Agora, A Região e Diário do Sul*) e uma revista impressa (*Vitória*). Ao longo das décadas, a história do Jornalismo regional se confundiu com a dos escritores, advogados, médicos, professores que participavam do processo de redação dos jornais. Até hoje, dentre os requisitos para exercer a profissão de jornalista na cidade de Itabuna-Bahia, pouco esses têm a ver com a formação acadêmica específica na ciência Jornalismo. Então, novamente a questão ética entra em debate. Como atribuir a responsabilidade de uma notícia mal apurada a uma pessoa que está exercendo uma função sem ter sido devidamente preparada?

Amaral (2001) defende a necessidade de um preparo profissional no que diz respeito ao Jornalismo:

Falar sobre a necessidade de um preparo profissional para um jornalista é insistir sobre o óbvio[...] O que retardou a consolidação da idéia de que o Jornalismo se aprende estudando, e estudando muito, foi a existência de alguns talentos verdadeiramente brilhantes em meio a uma massa de mediocridade tão grande que, até hoje, faz com que se olhe a carreira com certa prevenção. (AMARAL, 2001, p.42 e 44 – grifos do autor)

Mediante a citação de Amaral (2001) pode-se perceber que a falta de jornalistas graduados não é um fator que atinge somente a imprensa itabunense. Em todo o Brasil, as inter-relações entre os mais variados campos profissionais com o Jornalismo propõem a prática da redação nos jornais impressos sendo como um mecanismo meramente metódico, repleto de regras de escrita e seleção de palavras. No entanto, os especialistas da Comunicação atentam para o fato de que não é somente saber qual tipo de linguagem e formatação dos jornais que alguém pode ser considerado um jornalista. Antes de qualquer pressuposto, é preciso conhecer as penetrações do Jornalismo em suas nuances éticas. E esse aspecto é o que melhor define o que é ser um jornalista.

As conseqüências da constituição da imprensa itabunense advêm de um conjunto de fatores que permearam as interações entre a verdade factual e o relato dos fatos. Albuquerque e Rocha (2002) pontuam:

A deformidade existente na imprensa regional tem raízes profundas e ramificadas. A primeira delas vem da herança coronelista, que compreendia a imprensa como instrumento importante para a dominação do povo e implementação de projetos pessoais. Usando a força do dinheiro para dominar os meios de comunicação, terminavam por transformá-los em meros canais reprodutores de suas verdades próprias. Os fatos deixavam de ter qualquer importância nesse processo, importando mais a forma como seriam contados. (ALBUQUERQUE e ROCHA: 2002, p.12)

Baseado no que as autoras teorizam, mais vale no Jornalismo itabunense a maneira como a notícia é transmitida do que os critérios de apuração, que são as hélices principais tocantes à ética.



Segundo Aquino (1999), o jornal *Agora* foi fundado em 28 de julho de 1981, mesmo dia em que a cidade de Itabuna completou 71 anos de emancipação política. O autor, que também foi um dos fundadores do periódico, afirma que a escolha da data de publicação da primeira edição ocorreu devido a motivos comerciais, uma vez que no aniversário da cidade costumeiramente sempre houve edições de jornais que visavam alcançar uma maior vendagem contando um pouco da história do município.

Com base na pesquisa do autor, a fundação do jornal *A Região* foi datada de 27 de abril de 1987. Desde então, o periódico sempre deu maior notoriedade à veiculação de notícias relacionadas a um conteúdo com maior abertura para denúncias sociais e políticas, sátiras, sensacionalismo, como pressupõe o autor.

O *Diário do Sul* é o mais novo dos jornais da cidade de Itabuna, de acordo com Aquino (1999). Foi fundado em 4 de maio de 1999, quando havia na época apenas um jornal diário: *Tribuna do Cacau*. Mas esse era de impressão tipográfica, enquanto que o *Diário do Sul* viria para ser impresso em *off-set*, o que contribui para uma melhor leitura. Nos dias atuais, o *Agora* também está sendo veiculado diariamente.

A Análise: do jornalismo ao discurso

Este artigo trabalha com base nas notícias provenientes das manchetes dos jornais itabunenses supracitados. As edições dos três periódicos foram publicadas em 2 de dezembro de 2006. Nos moldes da seleção da análise, as prerrogativas comparadas de acordo com os três jornais são duas: aspectos de redação jornalística e aspectos da análise do discurso.

Os aspectos de redação jornalística foram, então, subdivididos em quatro pilares (manchete, título, *lead*, corpo do texto e linguagem). Os aspectos da análise do discurso das matérias são subdivididos em dois eixos, a da polifonia discursiva e os operadores argumentativos.

O primeiro jornal verificado é o “Agora”. A manchete deste publicou a seguinte informação: “Vereador do PT assume Prefeitura de Conquista”. Já o “A Região” publicou em sua manchete: “Prefeitos do sul da Bahia vão demitir 90 parentes”. O

“Diário do Sul” veiculou duas manchetes: a primeira (“Viagra que não levanta ‘defunto’”); e a segunda: (“Venda de celular acaba em morte”).

A bem da ordem dos conceitos de gênero jornalístico, a manchete deve ser compreendida como uma ferramenta de destaque do jornal, primeiramente, por vir na primeira página do periódico; depois, por ser ela quem vai chamar a atenção do leitor para a notícia ou reportagem mais relevante que seguirá no espaço interior do veículo. À luz de Sousa (2002), ela tem a obrigação formal de ser concisa e objetiva. O texto é composto de informações curtas e lógicas, possibilitando despertar o interesse do leitor para o fato.

A manchete do *Agora* e as duas do *Diário do Sul* podem, sem dúvida, ser enquadradas no valor conceitual do gênero. Em compensação, a manchete do jornal *A Região* apresenta um certo risco por estar fazendo uma previsão futura. Nesse caso, é preciso que o fato seja ainda mais bem apurado para que, dias depois, caso não ocorra o acontecimento, o jornal não venha a ser punido por veicular uma informação inverídica.

Da manchete chega-se à notícia. E o primeiro fator para análise dentro da notícia é o título. O jornal *Agora* publicou em sua manchete que a notícia seria encontrada na página 08. Contudo, ao abrir essa página, o leitor não tem a notícia da manchete publicada. Ela consta, então, na página 11. Ou seja, esse erro na edição do *Agora* analisada vai de encontro às discussões sobre ética e responsabilidade no Jornalismo itabunense.

Mas, retomando a análise do título da notícia destacada pela manchete, na publicação do *Agora* se tem: “Presidente da Câmara é o novo prefeito de Conquista”. Segundo Garcia (2005), “é o anúncio da notícia, que provavelmente mais despertará atenção. Como na boa propaganda, é proibido a esse anúncio prometer mais do que a matéria realmente contém...” (idem, p.51). Assim, o *Agora*, apresentando um título bem objetivo, consegue cumprir na matéria a informação que promete no título.

No que diz respeito ao *A Região* há uma questão inusitada, pois o título é emendado com o *lead*. Portanto, deve-se considerar título e *lead* de uma forma única. Então, a análise separada dos dois fica prejudicada. Quando o *lead* for conceituado, o título-*lead* do *A Região* será analisado.

O título do jornal *Diário do Sul* é “Fiscais da Prefeitura apreendem “Viagra” falso em Itabuna”, que, primeiramente, pode ser percebida a presença desnecessária de

palavras. Não há motivos técnicos para que os ‘ficiais da Prefeitura’ sejam mencionados, mesmo porque eles não podem ser considerados pessoas notórias no espaço social, como pro exemplo, se quem apreendesse o “Viagra” falso fosse o Prefeito, presidente da Câmara de vereadores, ou um artista regional. O nome ou profissão de quem apreendeu o “Viagra” deveria vir posteriormente no *lead*. Com a proposta de reconstrução do título, poderia ser assim: Viagra falso é apreendido em Itabuna.

O título da outra notícia do “Diário do Sul” destacada em manchete é “Morto a tiros depois de fazer uma cobrança”. Ou seja, não existe uma atribuição objetiva a quem foi morto a tiros, e o uso da palavra “cobrança” torna-se ambíguo, pois há socialmente várias formas sentidos para a mesma. Além disso, não é necessário dizer como a pessoa foi morta, sendo essa uma função do *lead*. Com a proposta de reconstrução, de acordo com os preceitos dos teóricos, o título poderia ser o seguinte: Carregador de caminhões é morto em Itabuna.

Sobre o *lead*, Pena (2006) acentua: “o *lead* (ou lide) nada mais é do que o relato sintético do acontecimento logo no começo do texto, respondendo às perguntas básicas do leitor: o quê, quem, como, onde, quando e por quê.” (ibidem, p. 42). De retorno ao título-*lead* da notícia do *A Região*: “Prefeitos do sul da Bahia vão demitir 90 parentes – segundo levantamento preliminar feito pelas Câmaras de Vereadores de 40 municípios, a pedido da reportagem de *A Região*.” É possível visualizar que o título-*lead* do jornal não consegue responder aos questionamentos básicos do leitor, que deveriam ser respondidos no *lead*, como argumenta Pena (2006).

O *lead* do *Agora* peca por não atender ao princípio de sintetismo proposto por Pena (2006). Afora as respostas as seis perguntas-chave do qualquer bom *lead*, ele se aprofunda ao explicar conseqüências do fato. Na verdade, isso deveria vir no corpo do texto. O *lead* da primeira notícia analisada do “Diário do Sul” preza pelo mesmo defeito. É muito extenso, prejudicando a leitura e tirando o potencial de surpresa que o *lead* faz para desencadear a possibilidade do leitor se interessar em continuar lendo o texto. Já o segundo *lead* é adequado à veiculação, pois consegue responder às perguntas básicas de qualquer leitor, além de deixar em aberto, para o corpo do texto, as conseqüências que o fato acarreta.

Segundo Garcia (2005), o corpo do texto deve estar relacionado a três princípios: exatidão, clareza e concisão. Assim, o leitor poderá mais facilmente dispor de informações verdadeiras e apuradas, entendendo o que lê, não desperdiçando nem o

tempo dele (conceito de dinâmica da sociedade contemporânea) e nem o espaço do jornal. Comparando as quatro notícias recortadas para análise dos três jornais, qualifica-se as mesmas dentro do processo de constituição de um adequado corpo de texto, segundo o pensamento de Garcia (2005). “Agora”, “A Região” e “Diário do Sul” apresentam os requisitos de clareza e concisão, embora o princípio da exatidão ser por vezes prejudicado no processo de construção do texto. É o que especialistas chamam de ‘alegorizar o texto’.

Para Garcia (2005), os pré-requisitos da boa linguagem textual estão relacionados à originalidade, à descrição do ambiente e da situação, dose de ironia moderada, referências históricas e literárias e palavras acessíveis às mais variadas formações culturais. Os três periódicos em debate, quando analisados sob a perspectiva da linguagem, se perdem algumas vezes na utilização inadequada de termos eruditos ou próprios de uma determinada área, jurídica ou policial, por exemplo.

Fazendo um corte epistemológico para a abordagem sobre os aspectos discursivos das notícias, edifica-se a análise sob a ótica da Polifonia e dos Operadores Argumentativos. No que toca à Polifonia, os conceitos a serem trabalhados são os de enunciação e locução textual, enquanto que sobre os Operadores Argumentativos serão analisados os recursos de argumento da autoridade, argumento com base no raciocínio lógico e argumento de competência lingüística.

Segundo Maingueneau (1993): “Por locutor entende-se um ser que no enunciado é apresentado como seu responsável” (p. 29). E, à luz do autor, a representação do enunciator se dá por serem eles “seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas.” No contexto da Polifonia, as relações entre locutor e enunciator se enlaçam, mas são bem características. Na análise comparativa dos três jornais, é visto que os mesmos representam a função de locutores da notícia, pois cancelam a veiculação dos periódicos. É, assim, a assinatura final do texto. Entretanto, não há em nenhuma das quatro matérias jornalísticas um enunciator, isto é, um jornalista responsável por assinar o texto, fazendo uma mediação entre o jornal e o público. Esse fato acontece, muito provavelmente, devido aos redatores não serem jornalistas habilitados por um título de graduação.

A atribuição da cunhagem do termo ‘Operadores Argumentativos’ é feita a Oswald Ducrot. Estes, por sua vez, representam o potencial argumentativo dos enunciados, mostrando a *semia* (sentido) que eles propõem. Com relação aos

argumentos da autoridade, ou seja, aqueles indivíduos que são citados pelos enunciadores da notícia (no caso do Jornalismo) por serem referências no tema respectivo à notícia. Nessa questão, nos periódicos em análise é perceptível que há uma satisfatória utilização das fontes, das pessoas citadas – testemunhas ou não – no fato.

No tocante à argumentação baseada no raciocínio lógico – conceitualmente, o uso de termos compostos de coesão e coerência de idéias – as notícias dos jornais itabunenses respondem desordenadamente a esse quesito. Ou seja, não há uma apresentação corrente do pensamento inicial factualizado pelo locutor, caindo por si em outras nuances durante o corpo do texto. Resumidamente, é afirmar que as notícias não apresentadas, de forma total, coesa e coerentemente em todo o texto.

O argumento de competência lingüística é mais ou menos a mesma adequação conceitual ao princípio jornalístico de linguagem. No Jornalismo, os termos têm a prática obrigação de serem redigidos de acordo a um vocabulário claro, de modo que consiga atingir o público leitor de uma maneira abrangente. As notícias analisadas do “Agora”, “A Região” e do “Diário do Sul” são compostas de pelo menos um termo que não está adequado ao formato jornalístico de linguagem coloquial. Nas quatro matérias, existe expressão(ões) que estão ligadas a um conceito de erudição vocabular.

Para finalizar este tópico, é importante salientar que as análises feitas sobre as quatro notícias dos quatro periódicos supracitados não podem definir, de maneira generalista, o formato de redação e a utilização discursiva dos veículos. Porém, os textos selecionados dão uma visão panorâmica do que é produzido no jornalismo itabunense.

Uma Possível Conclusão?

Não. Os autores deste trabalho chegaram à conclusão de que não é possível nem justo fechar os resultados desta pesquisa como um escopo finalizado, sem futuras reflexões, questionamentos ou contestações. O artigo está aberto a um diálogo sobre as perspectivas do Jornalismo da cidade de Itabuna-Bahia.

Em torno dos conceitos apresentados sobre as técnicas de Jornalismo e suas definições conceituais, foi visto que os periódicos itabunenses ainda precisam fazer



reformulações no quadro profissional e estrutural, para atender às necessidades de melhoria acerca desses aspectos. Por esse mesmo caminho, as questões direcionadas à Ética também poderão ser mais bem constituídas quando a maior parcela dos jornalistas esteja, de fato, preparada para o exercício da profissão, sendo ou não composta de indivíduos advindos das bancas acadêmicas.

Se a Deontologia é um valor a ser acentuado nessa conjunção, sobressalta-se também a modalidade discursiva presente nos periódicos, que precisa ser cuidada de uma forma mais eficiente pelos locutores (veículos) do município, para que em um curto espaço temporal eles não se encontrem distantes do contexto nacional na mesma questão.

Por fim, entende-se que os jornais “Agora”, “A região” e “Diário do Sul” talvez não estejam num patamar um tanto distante dos produtos midiáticos impressos de outros centros de mesmo alcance quantitativo e qualitativo de leitores. Mas, é preciso que se faça menção ao caráter de que há ainda muito a ser aperfeiçoado na técnica redacional, no uso discursivo-lingüístico e nas relações comunitárias e éticas a que recorrem os teóricos da ciência Jornalismo.

Bibliografia:

AGORA. Ano XXV, nº 1981 – Sul da Bahia, 2 a 4 de dezembro de 2006.

ALBUQUERQUE, Eliana e ROCHA, Marlúcia. **Da fogueira à Internet** – Passeio histórico através do Jornalismo. I Congresso Estadual da REDECOM-Bahia, UFBA, 2002.

AMARAL, Luiz. **Técnica de Jornal e Periódico**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 2001.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Procura da Poesia**. In: A Rosa do povo. 22. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

AQUINO, Ramiro. **De Tabocas a Itabuna** – 100 anos de imprensa. Itabuna: Agora Gráfica Editoria Ltda., 1999.

A REGIÃO. Ano XX, nº 993, Sul da Bahia, 2 de dezembro de 2006.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo** – buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.



CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2006. DIÁRIO DO SUL. Ano VII, nº 1690, 2, 3 e 4 de dezembro de 2006.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo** – redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. 3. ed. Florianópolis: EdUFSC e Insular, 2001.

GARCIA, Luiz (org.). **O Globo** – manual de redação e estilo: 29. Ed. São Paulo: Globo, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1993.

MARQUES DE MELO, José. **Teorias e Comunicação** – paradigmas latino-americanos. Petrópolis: Vozes, 1998.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó (SC): Argos, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.